

Intervenção do Reitor no Dia da Universidade de Coimbra

1 de março de 2017

Foi muito positiva a reação à experiência que fizemos no ano passado de realizar aqui a comemoração do dia da Universidade, pelo que o Senado entendeu que assim deve continuar a ser. Este espaço tem vindo, ao longo dos anos, a deixar-me uma impressão cada vez mais profunda. Penso que poucos de nós têm consciência plena do significado profundo desta sala e do que já aqui se passou ao longo dos séculos. Eu sinto que ainda só estou à superfície dessa compreensão, e não me canso de tentar saber mais. Manifestei por isso, no ano passado, um menor apreço pela designação, no meu entendimento originalmente algo depreciativa, de "Sala dos Capelos", e a minha preferência pela designação "Sala Grande dos Atos". Mas deparei-me, entretanto, em mais do que um texto do século XIX, com a designação de "Sala dos Atos Grandes". Penso que esta última designação é muito mais fecunda. Com efeito, esta sala não é muito grande. Mesmo antigamente comparava mal com as grandes naves quer da Sé Velha quer da Sé Nova, e até de outras igrejas menos importantes. A dimensão que conta mais é de facto a dos "Atos Grandes" que aqui decorreram, e vão seguramente continuar a ocorrer. Portanto, quero propor-vos que retomemos essa designação antiga. Desejo que a "Sala dos Atos Grandes" a todos inspire.

Reforço a saudação à laureada do prémio Universidade de Coimbra deste ano, Madalena Victorino, pela primeira vez atribuído a alguém da área da dança. Mostramos assim, mais uma vez, que somos uma instituição profundamente ancorada na sociedade do nosso tempo, pois apesar de a dança não ser uma área do saber a que a nos dediquemos, isso não impede que reconheçamos o mérito de quem a ela se dedica com grande qualidade. Agradeço ao Banco Santander Totta, mais uma vez, o patrocínio dos 25 mil euros do prémio, e à sua representante hoje aqui, a administradora Inês Oom de Sousa, que entregou o prémio.

Não me tenho cansado de dizer que, se nos mantemos bem vivos ao fim de 727 anos, foi porque, coletivamente, sempre nos soubemos reinventar para responder às necessidades e expectativas da sociedade. Somos campeões da adaptação, sempre alerta para perceber o sentido dos tempos. As Universidades antigas, como a nossa, que se mantiveram até aos nossos dias, são uma pequeníssima fração das muitas instituições de ensino superior que foram sendo criadas ao longo dos séculos, tenhamos bem consciência disso. A esmagadora maioria, que não se soube adaptar, pagou com o seu desaparecimento essa desatenção.

Penso ser inequívoco que a sociedade atual espera das universidades um papel muito mais central, muito mais atuante no dia a dia, do que em momentos anteriores, em que apenas esperava que saísse das universidades um fluxo constante de novos diplomados e que, quase monasticamente, garantíssemos a sobrevivência do conhecimento que estava à nossa guarda, na nossa torre de marfim. Agora pedem-nos que tenhamos impacto direto no desenvolvimento económico, que contribuamos diretamente para a solução dos problemas da atualidade. Todos esperam que seja o conhecimento avançado o motor da prosperidade da sociedade. Ora, para o conseguir, temos de estar cada vez mais imbricados na sociedade. Não o podemos fazer sozinhos. Quero por isso dar aqui público agradecimento, em nome da Universidade de Coimbra, aos cidadãos que aceitaram integrar o nosso Conselho Geral como membros externos, para o mandato de quatro anos

que agora se inicia. Por ordem alfabética: Esmeralda da Silva Santos Dourado, Fernando Henrique Lopes da Silva, João Albino Rainho Ataíde das Neves, João Manuel Gaspar Caraça, José Carlos Lopes Martins, José Luís de Azevedo Cacho, José Luís Menezes Garcia, Maria del Pilar del Rio Sánchez, Maria José Pereira, Rui Santos Ivo. O novo Presidente do Conselho Geral deverá ser eleito, ainda este mês, de entre eles.

Estas personalidades vêm dar à Universidade de Coimbra uma ajuda preciosa para conseguirmos estar à altura daquilo que a sociedade espera de nós. São um dos garantes centrais de que conseguiremos continuar a prestar serviços relevantes a Portugal e ao mundo nos próximos 727 anos.

Desde já saúdo também os 34 novos doutores que daqui a pouco aqui receberão a sua carta doutoral. Representam os 220 estudantes da Universidade de Coimbra que, em 2016, aqui obtiveram o grau de doutor, em cujas mãos depositamos o testemunho do conhecimento avançado que será sempre o nosso ativo mais valioso.

Agradeço igualmente, sei que em nome de todos os membros da comunidade universitária, aos 33 membros do corpo docente e do pessoal técnico que se jubilaram ou aposentaram em 2016, dos quais 17 puderam estar hoje aqui presentes para lhes darmos daqui a pouco público tributo do nosso profundo reconhecimento por uma vida de dedicação à nossa casa comum.

O nosso maior desafio atual é conseguir, com o máximo de qualidade, manter um ritmo regular de contratação de novos professores e de abertura de lugares para progressão na carreira docente. Depois de um ano em que foi elaborado, discutido e aprovado um ambicioso regulamento de contratação de professores, anunciei-vos em setembro passado, no dia da abertura solene das aulas, o fim na Universidade de Coimbra do regime de saídas de docentes sem substituição, a que as enormes restrições orçamentais, iniciadas há mais de 10 anos, nos tinham remetido. Mais do que isso, graças ao bom desempenho da Universidade em termos de angariação de novas receitas, afirmei que íamos passar a antecipar em cerca de dois anos as aposentações, para acelerar o processo de rejuvenescimento.

Esta nova política está em plena concretização. Em novembro passado anunciei que tinha sido possível disponibilizar 3 milhões de euros para novos concursos de professores, distribuídos pelas diversas faculdades em função das aposentações previsíveis em cada uma delas nos próximos dois anos. Várias faculdades já apresentaram as suas propostas, e as outras deverão apresentá-las em breve. Espero que os primeiros editais sejam publicados em Diário da República nas próximas semanas. Serão quase cem lugares colocados a concurso, um ritmo que não tem paralelo na Universidade de Coimbra de há muitos anos a esta parte.

Mais importante do que isso é que não será um esforço isolado. O sólido acréscimo de qualidade da administração da Universidade, que permite um uso muito mais eficiente dos recursos disponíveis, torna possível que no início do último trimestre deste ano seja possível anunciar um montante também muito relevante para concursos em 2018, assim o Governo cumpra o contrato assinado com as universidades e não nos sujeite a novos cortes orçamentais.

Também no orçamento de funcionamento corrente das Unidades Orgânicas esta melhoria

de gestão se faz sentir de forma muito substancial. Em relação ao ano passado há este ano um incrível crescimento de 45%, algo que, penso, ninguém esperava que fosse possível. Para além de que este ano o orçamento foi distribuído a meio de janeiro, algo que já há muitos anos só acontecia bem mais tarde. Esta evolução é possível porque, sendo agora a execução orçamental muito mais exata, as margens de segurança que é preciso manter para evitar derrapagens são agora muito mais pequenas. Acresce que a quase totalidade do orçamento de funcionamento de toda a estrutura central da UC, bem como de setores como o Jardim Botânico, Museu da Ciência, TAGV, Biblioteca Geral, etc, é assegurada pela receita do circuito turístico. As verbas assim libertadas foram transferidas para os orçamentos de funcionamento das Faculdades, cuja autonomia efetiva aumenta assim de forma substancial, pois há muitas escolhas que só podem ser feitas se houver recursos disponíveis para as concretizar.

A contratação de investigadores tem estado na ordem do dia, em resultado da publicação em agosto passado do decreto-lei 57/2016, atualmente em apreciação parlamentar, que introduz um novo regime de contrato a termo para os investigadores. Saúdo a vontade política do Governo de criar condições para que o uso quase indiscriminado de bolsas de pós-doutoramento dê lugar a contratos de trabalho, com todas as garantias sociais que lhe estão associadas. É um bom desenvolvimento, que permite baixar de forma substancial o nível de precariedade de muitos dos obreiros do progresso da ciência em Portugal nos últimos anos.

Mas a forma como isso é feito é essencial para que a transformação seja viável e promova o desenvolvimento do tecido de investigação português em vez de o fragilizar. Os novos contratos de trabalho dos investigadores são, pelo menos, 70% mais caros do que os anteriores contratos de bolsa, e o Governo ainda não apresentou uma explicação clara para a origem dos fundos adicionais que são precisos para isso. Para encargos novos é preciso dinheiro novo; 70% de aumento de encargos não é acomodável nos orçamentos atuais sem uma forte diminuição do número de investigadores contratados. Esta é a razão essencial pela qual ainda nenhuma universidade abriu qualquer concurso ao abrigo desta nova lei, e não o fará tão cedo. Não há omeletes sem ovos.

Na apreciação parlamentar em curso espero que seja possível melhorar a regulamentação desta matéria em vários aspetos, de que destaco dois.

Primeiro, tratando-se de contratos de investigadores a termo, deve ser permitido que a duração desses contratos coincida com a duração dos projetos que os financiam. Se uma Universidade ganha um projeto de dois anos não pode ser obrigada a fazer um contrato de três anos, porque não haverá dinheiro para pagar o último ano. A lei atual só dá essa possibilidade às instituições que funcionam em regime de direito privado, mas não o permite às instituições públicas. É uma discriminação contra a escola pública que tem de ser corrigida.

Segundo, as propostas em discussão no parlamento, que pretendem obrigar as instituições a abrir um concurso para um lugar de carreira, sem termo, a que possam concorrer todos os investigadores que atinjam seis anos de contrato a termo, só serão viáveis se for claro de onde vem o dinheiro que permite pagar esses novos lugares de carreira. Pagar a alguém por verbas de um projeto enquanto esse projeto dura é muito diferente de pagar a alguém até à aposentação, haja ou não projetos. Novamente, não há omeletes sem ovos.

Aproximam-se a passos largos os jogos europeus universitários de 2018. Os trabalhos preparatórios decorrem a bom ritmo, num profícuo trabalho conjunto entre a Universidade e a Associação Académica de Coimbra, que quero aqui realçar, e que envolve também a Câmara Municipal de Coimbra e a FADU - a Federação Académica do Desporto Universitário. Já este ano terão lugar em Coimbra os campeonatos europeus universitários de judo, taekwondo e karaté, bem como os campeonatos nacionais universitários. Os jogos de 2018 vão ser o maior evento multidesportivo de sempre em Portugal, um evento de dimensão estratégica que tarda em ser reconhecido como tal pelo país. A requalificação do estádio universitário, onde se irá passar a relvado sintético o atual campo pelado, recuperar profundamente o pavilhão dois e melhorar substancialmente o espaço exterior, continua infelizmente sem encontrar, do Governo aos fundos estruturais, qualquer apoio financeiro para a sua concretização. É difícil compreender que assim seja, mas espero que a situação ainda se altere.

Também é de realçar a transformação da organização do desporto na Universidade de Coimbra, novamente fruto de um trabalho conjunto muito intenso com a AAC, e que já está a permitir a fruição do estádio universitário por muito mais membros da comunidade universitária; veja-se por exemplo o torneio inter-residências que se está a iniciar e que já envolve cerca de 400 pessoas em atividades de desporto informal.

Como Universidade global que é, e quer ser cada vez mais, o que vai no mundo diz particular respeito à Universidade de Coimbra. O isolacionismo que se instala é inquietante. A ideia de que o mal está nos diferentes, que se fecharmos as fronteiras os afastamos e os nossos problemas se resolvem, é tão contraditada pela história que se torna quase incompreensível como é possível que haja tanta gente a pensar assim. A Universidade de Coimbra deve continuar a afirmar-se contra a intolerância, manter-se aberta aos diferentes, fomentar em todos o respeito pelos outros e pela liberdade de expressarem as suas opiniões e anseios de forma pacífica. A deriva autoritária e intolerante a que assistimos em tantos lugares do mundo não é uma fatalidade. Devemos ser ativos na defesa de uma sociedade democrática, em que ninguém tente impor pela força as suas opiniões aos outros. Reafirmo perante vós o compromisso de assim continuar a proceder, sem desfalecimentos.

Uma nota sobre a estrutura desta cerimónia. Em relação ao ano passado o Senado entendeu introduzir dois ajustes, que concretizaremos este ano. No final, em vez de um fim abrupto, terminaremos com um cortejo académico até à sala do Senado, nos moldes habituais das outras cerimónias académicas. A política de aplausos também será diferente. Foi opinião maioritária que, como é tradicional, não deveria haver aplausos após as intervenções, mas que na fase de entrega das cartas de curso aos doutorados e da homenagem aos jubilados e aposentados seria de o fazer. O apreço pelos palestrantes deve ser, como é de uso, mais intelectual, mais interior, mas aos novos doutores e aos jubilados e aposentados devemos poder exteriorizar o nosso apreço pelo seu percurso. Portanto, peço que não me aplaudam mesmo que achem bem o que eu disse, mas se sintam livres de expressar dessa forma o apreço por quem é distinguido já a seguir.

Termino com a minha já habitual nota de otimismo: a Universidade de Coimbra está a sair mais forte da crise e saberá resolver com energia os desafios que temos pela frente.